

Stavros Stavrides

tradução

Gilberto Cunha Franca  
Jefferson Baffica Junior

# Reivindicar a cidade como espaços comuns

## Aprendendo com os movimentos de moradia da América Latina

### RESUMO

Este artigo explora uma problematização renovada da dinâmica das metrópoles contemporâneas sob a luz de esforços específicos para reivindicar a cidade como espaços comuns. Construído a partir das teorias de Lefebvre sobre a virtualidade da cidade e comparado com a abordagem contemporânea da vida urbana, ele sugere que a comunização urbana está liberando o poder da colaboração e da criatividade coletivas. Lutas para apropriar a cidade como um meio crucial de compartilhamento transformam partes da cidade e produzem novos padrões de moradia urbana. Exemplos de movimentos urbanos da América Latina, focados em estabelecer condições de moradia emancipatória, são usados para ilustrar as capacidades transformadoras da comunização urbana.

**Palavras-chave:** Potencialidade urbana; Movimentos urbanos; América Latina; Comunização.

### ABSTRACT

This paper explores a renewed problematization of contemporary metropolises' dynamics in the light of specific efforts to reclaim the city as commons. Building on Lefebvre's theorizations of the city's virtuality and comparing it to contemporary approaches to the urban condition that emphasize the potentialities of contemporary city-life, it suggests that urban commoning is unleashing the power of collective creativity and collaboration. Struggles to appropriate the city as a crucial milieu for sharing transforms parts of city and produces new patterns of urban living. Examples from Latin American urban movements focused on establishing emancipatory housing conditions are used to illustrate the transformative capabilities of urban commoning.

**Keywords:** Urban potentiality; Urban movements; Latin America; Commoning.

### Stavros Stavrides

é arquiteto e ativista, professor da Escola de Arquitetura da Universidade Técnica Nacional de Atenas. Autor dos livros *Espaço Comum: a cidade como obra coletiva* e *Common Spaces of Urban Emancipation*.

sstavrides@arch.ntua.gr

**D**ivisões rígidas e desigualdades caracterizam as cidades contemporâneas. As lutas urbanas contestam tais divisões e frequentemente levam a rearranjos no espaço urbano que refletem mudanças nas geometrias do poder. A vida urbana, mesmo em suas formas mais mundanas, não é e nunca foi meramente um aglomerado de rotinas habitacionais. Porém, para entender as dinâmicas das condições urbanas, precisamos examinar os conceitos empregados e estar conscientes das posições a partir das quais surge este entendimento.

Este artigo<sup>1</sup> pretende conectar a renovada problemática das dinâmicas das cidades com esforços específicos para reivindicar a cidade como potenciais espaços comuns. Ele explora a possibilidade de aprender a partir daquelas lutas que se apropriam da cidade como meio crucial para compartilhar, ao observar especificamente tais lutas que transformam parte das cidades e produzem novos modelos de usos urbanos baseados na igualdade e na colaboração. Ao focarmos nas experiências de certas características dos movimentos de moradia da América Latina, podemos entender como lutas específicas por moradia podem estar conectadas a novas formas de relações sociais baseadas na ajuda mútua, no ethos igualitário e na democracia participativa. Conectando explícita ou implicitamente as mobilizações às práticas de comunicação, militantes sem-teto no Brasil, *Villeros* (moradores de favela) organizados em Buenos Aires e membros autônomos de bairros na cidade do México reivindicaram ativamente a cidade como espaços comuns.

Ao discutir as práticas de compartilhamento, definir o que deve ser compartilhado e assegurar que o compartilhamento aconteça, surge o problema da distribuição do poder. Caso seja permitido a qualquer órgão central decisório consolidar o poder, ele irá impor seus próprios interesses na definição do que deve ser compartilhado. Dentro dos limites de uma comunidade, isso paralisa qualquer processo de negociações entre iguais. Muitas vezes podemos enganar-nos ao ver comunicação em processos que são, na verdade, altamente discriminatórios e exclusivos. Podemos ver moradores de uma comunidade cercada ou de um grupo racista como comuneiros, pois compartilham valores, certos recursos e até riqueza. Compartilhamento, nesses casos, está baseado na exclusão.

A discussão contemporânea dos comuns e da co-

munização está enormemente influenciada pelo pioneiro trabalho da economista política e prêmio Nobel Elinor Ostrom (OSTROM, 1990; OSTROM *et al.*, 1994). Liberais esclarecidos, como a própria Ostrom, ou marxistas, tais como David Harvey ou Massimo de Angelis (2007, 2017), frequentemente tendem a reduzir o compartilhamento a problemas econômicos e subsequentemente a políticas de produção e reprodução de determinadas sociedades. A Antropologia, por outro lado, fornece numerosos exemplos que sugerem que o raciocínio econômico nem sempre molda as relações sociais. Se é inegável que cada sociedade define suas próprias condições de existência, muitas construções simbólicas estão em jogo nessas condições e em suas definições.

Maurice Godelier (2011, p. 157) insiste que os dominados aceitam o fardo da dominação devido à percepção de que aqueles que dominam fornecem de fato um “serviço” a eles, apoiando-os e garantindo sua existência (porque os poderosos parecem capazes de combater “os inimigos”, comunicar-se com seres transcendentais, ou proteger e desenvolver os recursos necessários etc.). Este tipo de convivência mitificada fortalece e reproduz as condições de dominação.

Ao tentar ir além das condições de coexistência baseadas na distinção entre dominantes e dominados, esse próprio vínculo mitificado deve ser questionado. As sociedades capitalistas baseiam-se principalmente nas relações econômicas, enquanto, em outras sociedades, a religião ou o parentesco ainda são os fatores predominantes na formação e manutenção desse vínculo.

Práticas de compartilhamento baseadas no esforço para limitar a acumulação de qualquer forma de poder (incluindo o poder daqueles que se apropriam dos recursos comuns) podem indicar tipos de relações sociais radicalmente novas, em vez de uma forma alternativa de economia. Como Gustavo Esteva (2014, p. 149) afirma, a comunização não é uma economia alternativa, mas uma alternativa à economia. O compartilhamento precisa ser explorado não meramente como uma atividade econômica (compartilhamento de bens, recursos ou serviços), mas também como um conjunto e lógica de práticas sociais vinculadas à distribuição de poder em contextos sociais específicos.

## AS POTENCIALIDADES DA CONDIÇÃO URBANA

A obra de Henri Lefebvre é uma fonte valiosa para explorar as potencialidades da vida urbana contemporânea, especialmente porque fornece uma maneira

<sup>1</sup> Publicado originalmente em **Built Environment**, v. 46, n. 1, p. 139-153, 2020. A versão on-line do original encontra-se em: <https://www.ingentaconnect.com/content/alex/benv/2020/00000046/00000001/art00011>. Acesso em 23 mar. 2022.

inovadora de integrar o pensamento político emancipatório ao estudo contemporâneo das cidades. O que ele sugere é que a vida cotidiana deve ser entendida não apenas como um aspecto crítico da reprodução social, mas também como fonte de potencial resistência aos hábitos e valores dominantes. Sua análise da vida cotidiana está de muitas maneiras ligada à sua investigação da cidade e da urbanidade. Desse modo, a condição urbana não é meramente tratada como a imposição de normas de vida através da ordenação dominante do espaço urbano, mas também como inerentemente atravessada por contestações que apontam para um futuro urbano diferente:

De fato, o núcleo e virtualidade do urbano permanecem num estado disperso e alienado (Lefebvre, 1996, p. 148). [Assim] não há dúvida de que o conhecimento da realidade urbana pode se relacionar ao possível (ou possibilidades) e não apenas ao que seja finito ou do passado (Lefebvre, 1996, p. 94).

O crucial para esta abordagem é localizar as raízes de tal virtualidade. Seria a vida urbana cheia de possibilidades, pois a complexidade e sobredeterminação de seus constituintes produzem combinações inesperadas de eventos? Tal descrição da condição urbana poderia estar muito bem relacionada às fantasias modernistas de inovação contínua e total, por exemplo, tais como as dos futuristas que descrevem a cidade como uma máquina produtiva autotransformadora. Em um contexto diferente, essa abordagem poderia soar como celebrações de contingências pós-modernistas consideradas como fonte de multiplicidade.

Não parece que as sugestões de Lefebvre possam ser reduzidas a nenhuma dessas posturas – admitidamente mal esboçadas. Uma vez comparada sua ideia de virtualidade à sua afirmação principal de que a cidade deveria ser reivindicada como *oeuvre* coletiva de seus habitantes, percebemos que a virtualidade da cidade está centrada nas ações de seus habitantes. Para Lefebvre:

O direito à cidade se manifesta como a forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização em socialização, à habitação e ao habitar. O direito à *oeuvre*, à participação e à apropriação (claramente distinta do direito à propriedade) está implicado no direito à cidade. (LEFEBVRE, 1996, p. 173-174).

A criatividade coletiva está expressa no direito à cidade, e é dessa maneira que seus moradores ativam

a potencialidade (virtualidade) do urbano. Ele até se arrisca numa projeção da cidade ideal: “a cidade efêmera” deveria ser a obra perpétua dos habitantes, eles mesmos móveis e mobilizados por esta mesma obra (LEFEBVRE, 1996, p. 178). Como se a mobilização total dessa criatividade coletiva estivesse sempre em movimento, atualizando a potencialidade urbana de maneiras sempre novas.

Ao transferir o terreno das potencialidades urbanas para as metrópoles contemporâneas, podemos evocar duas abordagens que podem ser comparadas com as sugestões de Lefebvre e também ser consideradas complementares. Em ambas, a criatividade coletiva é central. Para AbdouMaliq Simone (2016, p. 6), a urbanização “é tanto repleta de dinamismo febril [...] quanto de inércia”. Em tais contextos torna-se crucial para os moradores experimentar e inventar juntos maneiras de enfrentar a “volatilidade” das condições urbanas. A sobrevivência urbana é necessariamente inventiva e, ao mesmo tempo, transforma a cidade (SIMONE, 2013). Não das maneiras gloriosas de total inovação fantasiadas por muitos dos arquitetos modernos (Le Corbusier *par excellence*). Mas na arte mundana de “conversão”, assim praticada, por exemplo, na África urbana (SIMONE, 2008, p. 110). Para muitos daqueles que tentam garantir a subsistência nas cidades africanas, as relações de afeto desenvolvidas, tanto através de experiências comunitárias compartilhadas quanto no contexto volátil dos mercados, são elementos-chave das táticas cotidianas. Aproveitar as oportunidades disponíveis significa poder conectar-se a outras pessoas de inumeráveis formas, assim “surgindo” e “tornando-se nódulo [s] da gravidade” (SIMONE, 2008, p. 105). Experimentação e improvisação calculadas permeiam a vida urbana. Contudo, as potencialidades urbanas não oferecem oportunidades de sobrevivência inventiva apenas aos pobres ou marginalizados. É a partir das potencialidades urbanas que a governança urbana desenha seu poder para adaptar e reconfigurar os arranjos de dominação. Nisso Simone se aproxima das afirmações de Lefebvre: “O fato é que o espaço que contém as pré-condições para realizar uma outra vida é o mesmo que proíbe que tais pré-condições a tornem possível” (LEFEBVRE, 1991, p. 189-190).

Para Hardt e Negri (2005, p. 94-95), a potencialidade do urbano nas metrópoles atuais está no papel da cidade na produção biopolítica. A metrópole é um “meio social que reúne um conjunto de habilidades e repositório de afetos, relações sociais, hábitos, desejos, conhecimento e circuitos culturais” (HARDT e NEGRI, 2009, p. 249). Os moradores da cidade mobilizam essas ferramentas e circuitos para unir-se em relações de cooperação. A metrópole consequen-

temente torna-se “uma fábrica para a produção do comum” (HARDT e NEGRI, 2009, p. 250).

Nessa análise, o comum está sendo produzido com base nas potencialidades inerentes da cidade biopolítica. A dominação capitalista lucra ao apropriar-se do comum assim produzido e ao transformá-lo em mercadoria. A produção biopolítica está baseada no conhecimento e afetos compartilhados, desenvolvidos e distribuídos por redes que formam relações de colaboração. De acordo com essa abordagem, a metrópole é um meio extremamente favorável para tais relações. A cidade é na verdade sustentada e produzida através dessas relações: “de fato, a produção do comum está se tornando nada mais que a vida da própria cidade” (HARDT e NEGRI, 2009, p. 251). Claro, Hardt e Negri (2009, p. 255) mapeiam as formas pelas quais “as características que definem a metrópole se degeneram”, seja porque as dinâmicas dos encontros urbanos são reduzidas por atos de cercamento espacial (que distinguem e discriminam), ou porque o comum produzido é “corrompido” pelos processos focados em sua apropriação. As potencialidades da cidade são dessa forma bloqueadas, e a metrópole torna-se o campo de uma nova forma de governança urbana.

Assim como Simone e Lefebvre, Hardt e Negri enxergam a potencialidade urbana como algo historicamente ligado à inventividade dos moradores da cidade. Alinhados com o otimismo de Lefebvre, Hardt e Negri veem a cidade contemporânea (metrópole) como a obra coletiva de seus habitantes e assim como um lugar potencial de emancipação coletiva. Contudo, todos esses teóricos concordam que a potencialidade urbana de forma alguma garante um futuro melhor para a humanidade.

É importante analisar as dinâmicas das cidades contemporâneas desde o ponto de vista dos moradores. Essa abordagem não busca apenas explicar o que caracteriza a estrutura da vida urbana, porém, ainda mais importante, aquilo que possa produzir mudanças dentro ou mesmo além dessa estrutura. A mudança urbana, dessa forma, não é vista como externa às condições urbanas, senão que emergindo das potencialidades inerentes, ativadas pelos habitantes da cidade.

Apesar de os diagnósticos desses quatro pensadores parecerem discordar (e, no caso de Lefebvre, refere-se também a tempos diferentes, ainda que recentes), há um fio em comum que os une: a dinâmica urbana está baseada no fato de que o convívio nas cidades obriga a maioria dos moradores a construir relações de cooperação, redes para compartilhar conhecimentos e afetos, e circuitos de encontros que sustentam táticas de vida. Como a metrópole

contemporânea fornece um grande leque de oportunidades e riscos, as trajetórias de vida não podem basear-se na encenação de papéis pré-fixados e regras estáveis. Negociações e inventividade são ingredientes necessários da cotidianidade, especialmente em cidades onde muitos não têm acesso fácil ou nenhum acesso à infraestrutura urbana.

O compartilhamento é o que une esses atos diários de mobilização das potencialidades da cidade. Compartilhamento de conhecimento, espaços de encontros e relações de apoio dão às pessoas os meios para sobreviverem aos riscos e aproveitarem as oportunidades. Porém, o compartilhamento não cresce simplesmente sozinho no solo fértil das cidades. Diferentes geometrias de poder (elas mesmas tornando-se áreas de contestação) encorajam ou afastam fortemente diferentes tipos de negociação para o estabelecimento e desenvolvimento de redes e práticas de compartilhamento. O espaço urbano em tais processos é tanto um alvo de negociações (e.g. o espaço compartilhado por camelôs num mercado informal) quanto um fator formador de negociações (por exemplo, as calçadas apresentam oportunidades diferentes dos corredores das lojas de departamentos). Consequentemente, compartilhar espaços está ligado tanto às necessidades de distribuição quanto às práticas de criação de laços sociais.

Hardt e Negri (2009, p. 258) sugerem que as potencialidades emancipatórias da vida urbana residem na reapropriação do comum que os diversos circuitos de compartilhamento continuam a produzir, enquanto os mecanismos dominantes de exploração continuam a “dessocializar-se” e cercá-lo. Isso equivale essencialmente à “liberação do comum do comando capitalista” (STAVRIDES, 2019, p. 18). Integrar essa perspectiva à defesa que Lefebvre faz da reivindicação do direito à cidade significaria reivindicar a cidade como espaços comuns. Isso não significa apenas reivindicar a cidade como o lugar da produção do comum ou como um conjunto de infraestruturas básicas a ser compartilhado. A reivindicação da cidade como espaços comuns significa reivindicar o poder da criatividade coletiva: reivindicar a cidade como “obra”.

Tal visão questionaria a antítese entre o público e o privado? Seria a liberação da comunização uma forma de compartilhamento que transcende tal dicotomia? O comum, não entendido simplesmente como algo a ser compartilhado, mas como algo que está na base de um conjunto de relações de compartilhamento, está além do público e do privado. Nas redes e relações de compartilhamento, o público é reapropriado por ser definido coletivamente por aqueles que o compartilham. A esfera pública, histo-

ricamente, sempre pertenceu a uma autoridade específica que não apenas a definia, mas também fornecia (impunha) as regras para seu uso. O comum nascido da liberação potencial da comunização desafia as regras que definem e mantêm a esfera pública.

O comum também vai além do privado. Não apenas porque ele desafia as apropriações individuais (do conhecimento, relações afetivas, oportunidades de encontro, propriedades circunscritas individualmente), mas também porque ele desenvolve formas de conectar aspirações e táticas privadas a circuitos de compartilhamento. A comunização, portanto, não suspende as diferenciações e as multiplicidades (características inerentes das trajetórias de vida urbana contemporânea), e sim fornece a elas um terreno comum. As negociações para compartilhamento desenvolvem-se de maneiras diferentes e não levam necessariamente à homogeneização e à uniformidade.

## A COMUNIZAÇÃO NAS LUTAS POR MORADIA

Vejamos como tais hipóteses a respeito das potencialidades da metrópole contemporânea podem ser testadas num processo de aprendizagem a partir de experiências de partes cruciais da cidade onde ocorre produção compartilhada. O que se segue está baseado em pesquisas conduzidas nas cidades de São Paulo, Buenos Aires e Cidade do México. O que se buscou nesta pesquisa foi observar analogias de comunização dentro do espaço urbano, realizadas por pessoas empenhadas em esforços que orientam o compartilhamento em direção às aspirações emancipatórias.

As práticas contemporâneas de reivindicação da cidade como espaços comuns através do compartilhamento são muito importantes nas lutas por moradia, reivindicada como um direito através de ações coletivas. A geração de moradia por meio da comunização permite catalisar o desenvolvimento de novas formas de relações sociais. Repensar e reinventar a habitação leva quase sempre a novas formas de compreensão do que significa ser um membro de uma sociedade.

James Holston (2008) introduziu o termo “cidadania insurgente” – cidadania baseada na reivindicação do direito à cidade e do direito à habitação, o que de fato politiza o *oikos*. Como Holston observa, as demandas oriundas da cidadania insurgente estão articuladas “com mais força e originalidade no terreno do *oikos*, naquela zona da vida doméstica que acontece nas distantes periferias urbanas ao redor da autoconstrução de moradia” (HOLSTON, 2008, p. 313). *Oikos* em grego significa tanto casa quanto lar, e quando ele torna-se um alvo da comunização, ocor-

re continuamente a politização das relações entre a esfera pública e a privada familiar.

Nas grandes metrópoles da América Latina, diferentes movimentos sociais urbanos têm como objetivo explícito a politização da moradia através da comunização. Reivindicando na prática o direito à cidade para os sem-teto, e para aqueles que são forçados a viver em ambientes urbanos precários, eles na verdade constroem comunidades urbanas com base no compartilhamento e colaboração igualitários.

O Brasil é um país onde os pobres são muito pobres e os ricos muito ricos. A discriminação cultural, religiosa e racial domina a história e o presente do país. A modernização capitalista avançou num ritmo sem precedentes depois da Segunda Guerra Mundial e esteve crucialmente conectada à especulação da terra e à dominante propriedade privada de terras. Isso impactou diretamente na forma das metrópoles brasileiras: os pobres urbanos são forçados a viver nas enormes periferias da cidade sob condições precárias (tanto em termos de condições de moradia quanto em termos de acesso à infraestrutura urbana), enquanto a classe média e os mais ricos geralmente escolhem morar em enclaves habitacionais organizados e em comunidades cercadas.

O problema habitacional no Brasil é fortemente gerado por essa polarização social dominante. As massas de moradores de baixa renda e sem-teto são os agentes coletivos mais importantes, pois não apenas afetam as políticas sociais de habitação e moradia através de suas exigências e lutas, senão também através de seus esforços organizados para criar comunidades de coabitação baseadas em solidariedade.

Um dos mais poderosos movimentos urbanos brasileiros, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), é muito ativo em mobilizar a população sem-teto ao exigir moradia decente para todos. O MTST evoluiu de um braço do Movimento Sem Terra (MST) (ainda muito próximo do Partido dos Trabalhadores) para uma organização autônoma, destinada a estabelecer formas de poder popular através das lutas por moradia. Como a maioria dos movimentos de moradia brasileiro, eles organizam grandes ocupações de terra, especialmente nas periferias das grandes cidades e, com suas ações militantes, forçam o Estado a financiar projetos sociais de moradia (SOUZA, 2006; STAVRIDES, 2016).

É interessante observar como as lutas de tal ocupação temporária são feitas, ao refletir sobre a abrangência e os meios do movimento. A ocupação João Cândido em São Paulo (Figura 1) foi criada pela população despejada de diferentes ocupações de terra que foram organizadas pelo MTST (STAVRIDES, 2016, p. 103). Nesse assentamento temporário, a



Figura 1:  
João Candido,  
ocupação em  
2009 (São Paulo)

acomodação foi organizada de maneira a garantir a existência de espaços comuns, isto é, de espaços públicos autogeridos que fossem usados pela comunidade. Nesses espaços, foram incluídos uma pequena praça em frente a uma grande barraca usada para assembleias e para atividades educacionais e culturais, cozinhas comunitárias ao ar livre e uma área de creche que incluía um quintal fechado. Interessantemente, nesse “jardim de infância” *ad hoc*, os cuidadores eram membros da própria comunidade, que alternavam suas obrigações.

É fundamentalmente diferente cuidar da área onde você de fato mora, mesmo nesse tipo de assentamento. Torna-se a definição do que significa compartilhar, a partir do momento em que terrenos, sua manutenção e o papel que eles desempenham na rede de espaços comuns (incluídos aí quintais familiares pequenos e abertos e o quintal e edificações comunitárias) são o resultado de um esforço coletivo em criar uma comunidade de iguais. A comunização, portanto, define tanto as áreas usadas coletivamente nesse assentamento residencial *ad hoc* quanto as necessidades familiares cotidianas, alcançadas por meio de colaboração organizada.

No Brasil, a palavra *mutirão* descreve o trabalho coletivo comunitário: “a noção evoluiu a partir de um termo que era usado para especificar ajuda mútua

entre agricultores durante a colheita, até uma ampla gama de práticas “comunais”, tendo a construção coletiva como sua articulação mais destacada” (COLLA *et al.*, 2015, p. 37). Os *mutirões* foram promovidos pelos movimentos sociais urbanos brasileiros, tanto na organização de comunidades na luta por moradia quanto no trabalho coletivo cotidiano, durante a construção dos conjuntos habitacionais que se tornaram produto dessas lutas.

O *mutirão* foi o processo-chave ativado na construção do conjunto de habitação social após a vitória do MTST no assentamento João Candido, que acabou forçando o poder local de São Paulo a financiar um projeto de habitação social, a ser administrado pelos próprios moradores. Desde 2018 uma parte desse conjunto (João Candido I) pertence aos moradores, numa área que o estado havia concordado em fornecer. A participação na manutenção dos edifícios e dos espaços compartilhados permanece como uma força ativa na construção da comunidade de comunitários (Figura 2).

O papel de alguns especialistas nesse processo de comunização na produção de áreas compartilhadas de moradia foi também significativo. Como aprendemos com a história da USINA (grupo de arquitetos, planejadores, cientistas sociais, economistas etc.), a participação de especialistas no planejamento

Figura 2:  
João Candido 1,  
área de  
habitação social  
autoconstruída  
em 2018  
(São Paulo)



e na construção de tais conjuntos é um teste difícil, porém recompensador, de práticas compartilhadas. Os futuros moradores foram encarregados de desenvolver critérios compartilhados, para julgarem propostas de planejamento desenvolvidas pela USINA, encarregada de apoiar os esforços do movimento por comunidades de moradias alternativas. Os membros da USINA tentaram ajudar os moradores, através do conhecimento compartilhado, a formarem opiniões sobre como suas futuras casas e os espaços comuns da vizinhança deveriam ser construídos (USINA, 2016). Também levaram em conta que a maioria dos futuros moradores que trabalhariam na construção não eram qualificados. Dessa forma, elaboraram um sistema de construção baseado no trabalho semiqualficado (alvenaria), enquanto outras tecnologias de pré-fabricação, que requeriam qualificação adicional, foram usadas na construção de escadarias e balcões (USINA, 2015) (Figura 3).

A comunização, portanto, permeia todos os níveis do projeto habitacional coletivo: escolhas de desenho; cooperação com especialistas; trabalho na área da construção; regras de convivência, uma vez que os prédios são concluídos; e rotação das tarefas na manutenção dos espaços compartilhados (STAVRIDES, 2019).

Um outro caso exemplar de comunização que

promove relações sociais potencialmente emancipatórias vem de Buenos Aires: um grupo de ativistas trabalha como voluntários numa das *Villas Miserias* (como as favelas são chamadas na Argentina), na construção do que eles desejam ser uma pequena clínica autogerida. Eles não contam sequer com um médico – esta é uma área excluída, considerada (por entregadores ou motoristas) muito perigosa, até mesmo para solicitar a vinda de uma ambulância.

“Sou um voluntário a fim de construir um novo mundo”, afirma sua faixa, e de fato esse grupo apoia os moradores da Villa 21 na criação de um sistema de serviços de saúde administrado coletivamente (Figura 4). Moradores da vizinhança se tornaram parte ativa desse processo, desenvolvendo formas de colaboração e compartilhamento de serviços disponíveis. E assim a comunização converte essa área habitacional, que esteve abandonada pelo Estado, numa ocupação que forma cidadãos insurgentes. Os ativistas e alguns dos moradores da Villa 21 pertencem ao movimento cujo nome resume tanto seu escopo quanto seus meios: *Movimiento Popular La Dignidad* (MPLD). Esse movimento foca na produção, através do trabalho coletivo, da infraestrutura espacial e social necessária para apoiar a ascensão do poder popular. Eles organizam em várias partes da cidade, especialmente nas periferias, iniciativas entre bairros vizinhos (criando



Figura 3:  
Mutirão  
USINA: projeto  
habitacional  
em São Paulo

escolas secundárias alternativas, parquinhos, espaços comunitários, empreendimentos de economia social, porém também o não menos necessário saneamento básico), o que ajuda as comunidades a libertar-se da corrupção e do clientelismo políticos. A participação direta dos imigrantes vindos a Buenos Aires de outras cidades e favelas da América Latina (incluindo migrantes argentinos), acostumados a tradições de ajuda mútua, firmemente estabelecidas em áreas rurais, moldou as iniciativas do MPLD nas vilas. Baseados na democracia participativa e direta, a *Corriente Villera Independiente* é uma rede de tais iniciativas organizadas que estimula lutas radicais para a integração das Villas à cidade “oficial”. Assim como no caso do movimento de moradia brasileiro, as experiências de *La Dignidad* desenvolveram um *ethos* de comunização através da colaboração e coabitação (Figura 5).

Dois outros exemplos estão na Cidade do México, e talvez sejam os mais avançados em termos de comunização urbana inventiva. Uma rede crescente de vizinhanças autônomas desenvolve uma cidade além da cidade oficial, prefigurando uma outra maneira de estabelecer relações sociais e formas de troca. Essa cidade desenvolve-se através da comunização, onde o espaço compartilhado é caracterizado pelas espacialidades limiarias. Os espaços comuns produzidos coletivamente são de fato porosos: passagens

que conectam diferentes níveis de vida comum, sem ocultarem suas distintas características. Da casa individual ao quintal multifamiliar – poroso o suficiente para receber pessoas de fora (STAVRIDES, 2018), enquanto também fornece privacidade –, do pátio para a rua, os espaços são usados e mantidos coletivamente. Em tais condições, poderíamos realmente falar em fronteiras definidas separando o privado do público? Provavelmente não. Essas vizinhanças auto-geridas são os limiaries de miniaturas de cidade (STAVRIDES, 2010); diferentes níveis de privacidade, atividades comuns, mas também o que é público são articulados através dos espaços limítrofes da comunização (STAVRIDES, 2016).

Um desses bairros está localizado na área de La Polvorilla no distrito de Iztapalapa, nos arredores orientais da enorme aglomeração metropolitana da Cidade do México. O bairro chama a si mesmo de Minas Polvorilla, e faz parte da iniciativa de um movimento chamado Los Panchos (*Frente Popular Francisco Villa Independiente*), que estabeleceu uma rede de mais de 10 bairros limítrofes na Cidade do México (BARRINTON-BUSH, 2016). Aproximadamente 3 mil pessoas estão envolvidas no desenvolvimento de Minas Polvorilla.

Em 1995, os futuros moradores organizados por Los Panchos ocuparam um terreno que era uma área



Figura 4:  
Ativista  
voluntário  
trabalha  
na Villa 21  
(Buenos Aires)

de aterro sanitário, principalmente dos destroços do terremoto da Cidade do México de 1985 (JUÁREZ-GALEANA, 2016, p. 186). Tais ocupações começaram a acontecer em toda Cidade do México, em terrenos de valor relativamente baixo, e como tal foram tolerados indefinidamente.

Os políticos locais não quiseram criar conflitos que não pudessem controlar. O movimento havia fundado a Cooperativa *Acapatzingo* (que representava todas as famílias) e conquistou, através de uma luta persistente, acesso ao empréstimo do *Instituto de Vivienda del Distrito Federal*, uma instituição do setor público estabelecida pela Constituição Mexicana, que se refere explicitamente ao direito à moradia (ZIBECHI, 2014, p. 55). O empréstimo é a taxas de juros baixas e deverá ser quitado em trinta anos. Importante dizer que o pagamento é uma obrigação coletiva distribuída entre os membros cooperados, de acordo com sua capacidade financeira, como decidido em assembleia. A construção do bairro começou em 2000 (Figura 6). A participação no planejamento e na construção era a principal característica da lógica do movimento (UN HABITAT, 2014). Arquitetos ativistas se envolveram no apoio ao esforço dos futuros moradores, para criar um modelo de habitação



Figura 5: Ativistas do *Movimiento Popular La Dignidad* (2013)

diferente baseado na igualdade e compartilhamento. Alguns deles eram da Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM), herdeiros da revolução de 1968 nas universidades mexicanas.

Eles chamam isso de um projeto de autonomia, já que, ao organizarem suas próprias comunidades, os moradores conseguem criar seus próprios espaços, sua própria forma de ver o que é público. Dessa maneira, trabalham em direção à autossuficiência energética, instalando painéis solares nos espaços comuns; não pagam por água, mas instalaram um equipamento comum para purificá-la; têm seus próprios jardins, uma estação de rádio comunitária, e outras infraestruturas compartilhadas (Figura 7). Além disso, eles não permitem a entrada da polícia, mas mantêm seu próprio sistema de justiça: para alcançar condições de convivência baseadas na igualdade. Essa é uma tentativa de criar uma forma de organização social independente, livre da vigilância e do controle do Estado. Como Gerardo, um ativista Acapatzingo, explica:

Decidimos criar não apenas projetos de moradia, mas também comunidades. Para nós, criar uma comunidade significa sermos capazes de controlar nosso próprio território, sermos capazes de estabelecer nossas escolhas de hábitos e regras, e nossas maneiras de resolver os problemas de convivência, e, portanto, sermos capazes de criar nossa própria história. Nossos próprios processos de construção autônoma (entrevista com o autor).

Entretanto, eles fizeram isso não para isolar-se num enclave de alteridade. A comunidade de Acapatzingo estabeleceu múltiplos vínculos com seus bairros vizinhos, “treinando-os na criação de comitês de base e segurança comunitária; também oferece assessoria sobre como reagir aos despejos, a qual os beneficiários pagam em alimento” (ZIBECHI, 2014, p.

58). Tal como uma metástase, essas iniciativas levam a uma sociedade diferente. Na palavra de um dos ativistas de Acapatzingo: “Nós buscamos uma utopia que não seja uma ilha, senão um espaço aberto que possa contagiar a sociedade” (ZIBECHI, 2014, p. 58).

O segundo exemplo na cidade do México é outro bairro autogerido criado pelo movimento *Brújula Roja* (Bússola Vermelha). A construção começou em 2001 após uma longa luta para assegurar o uso de um terreno próximo a uma área alagada. Esse bairro se baseia nos valores e modos Zapatistas de estabelecer autogoverno – as ruas principais foram batizadas com os princípios e exigências mais importantes do movimento Zapatista, *Democracia, Dignidad, Educación, Información, Salud* etc. Seu nome, *Tlanezi Calli*, na língua nativa significa Casa Dourada. Nesse bairro, aproximadamente 1.150 pessoas praticam autonomia urbana em suas necessidades cotidianas de alimentação, saúde, educação e participação em projetos comunitários, por exemplo, na construção de um sistema de esgoto autônomo. Eles possuem até um ateliê para produzir suas próprias roupas.

Os aspectos arquitetônicos do bairro também são muito interessantes. As formas específicas de construção das casas e das áreas comuns entre casas resultaram de incontáveis reuniões que definiram tanto o espaço compartilhado como os modelos para casas separadas (Figura 8). O papel das mulheres ao definir o desenho de casas e áreas comuns se tornou um meio de empoderamento, enquanto fornecia à comunidade como um todo a oportunidade de repensar papéis familiares estabelecidos. Esses novos tipos de moradia refletem a reestruturação de gênero e de outras relações sociais através da comunização (Sergio, ativista, entrevistado pelo autor).

Há um direito de propriedade coletiva sobre o terreno e as casas; cada indivíduo ou família têm seu próprio lar, mas as casas não lhes pertencem. Eles não podem vendê-las ou alugá-las; em caso de mudança, outros moradores podem ocupar a casa, desde que isso seja aprovado pela assembleia do bairro. Eles também podem pedir permissões específicas à assembleia, por exemplo, para permitir que seus filhos venham morar em suas casas, ou trazer outros moradores para morarem consigo. No entanto, não têm o direito de construções adicionais. Quando um dos moradores decidiu



Figura 6: Bairro Minas Polvorilla

construir um andar a mais, a assembleia o proibiu de fazê-lo. “Ou estamos numa posição de construir um terceiro andar para todos ou ninguém terá permissão de fazê-lo”. Apesar dos enormes problemas que estão envolvidos ali em termos do que significa compartilhar e quem define o processo de compartilhamento, esses bairros autônomos são certamente a conquista coletiva de um grande número de pessoas.

É importante compreender que essas não são as comunidades alternativas que se encontra em países europeus. Essas pessoas vivem em extrema pobreza e esse caminho não foi uma opção, senão uma necessidade. De fato, sua disposição nessa luta por sobrevivência teve motivações políticas. Certamente, não foram centenas de famílias que acordaram um dia e ocuparam a terra; eles se organizaram, dividiram-se em comitês dedicados à diferentes tarefas, pre-

Figura 7: O campo de futebol, que é também o espaço da assembleia geral (Minas Polvorilla)





**Figura 8:**  
O espaço central  
em comum:  
Tlanezi Calli

parando e discutindo que tipo de comunidade iriam desenvolver, quem faria parte dela, quem poderia potencialmente juntar-se, que métodos eles poderiam usar para combater a repressão, o que seria compartilhado, o que seria considerado particular.

Problemas e separações surgiram durante esses processos, mas é importante lembrar que suas ideias para organizar suas sociedades não se baseiam em conhecimento especializado. Especialistas foram convidados, predominantemente arquitetos ativistas da UNAM, formados durante um período muito progressista da universidade. Eles foram convidados a ajudar essa comunidade a desenvolver suas ideias e não para dizer aos seus moradores o que fazer. Conhecimento especializado é fundamental, desde que seja socializado e tornado comum novamente.

O Estado clientelista do México se baseia em políticas que cooptam os pobres e os prendem a um de seus partidos institucionais. Cada um desses partidos (dependendo do seu acesso ao poder e dinheiro) fornece a eles o terreno público necessário e constroem projetos de habitação social exclusivamente para os eleitores daquele partido, que então se tornam parte dos mecanismos de apoio de tal partido. Os experimentos dos bairros autônomos desafiam diretamente esse processo, e dessa forma ameaçam o *status quo* político (Figura 9). Seus esforços não se desdobram dentro de condições pacíficas e benignas nas quais

lhes é permitido formar seu próprio mundo. Como não estão criando pequenos enclaves alternativos urbanos, são considerados perigosos. Tal projeto poderia potencialmente difundir-se entre os pobres urbanos, e isso conseqüentemente se constituiria em uma forma alternativa de organização, baseada na comunização e subsequentemente na horizontalidade igualitária.

## CONCLUSÃO

A reapropriação da cidade através da comunização está no cerne das atividades dos movimentos organizados apresentados aqui. No entanto, o que se observa é que tais atividades não têm como objetivo meramente declarar a possibilidade de uma forma diferente de convívio em grandes cidades contemporâneas. Elas produzem novas relações sociais e espaciais, que criam ativamente no presente diferentes formas de vida compartilhada. Esses empreendimentos coletivos mostram que, ao compartilhar espaço, valores e regras diferentes podem vir a formar cidades contemporâneas, em contraste direto ao modelo dominante das cidades de enclaves (STAVRIDES, 2010; ATKINSON; BLANDY, 2017).

Lições importantes são aprendidas ao observar as práticas de movimentos de moradia da América La-

tina, em sua busca por uma vida urbana baseada na comunização:

- Lutas por moradia estão vinculadas à construção de comunidades e às formas organizadas de ação coletiva.
- Movimentos de sem-teto promovem a colaboração entre seus membros, não apenas para fazer a participação na construção e manutenção mais produtivas, mas também para estabelecer e promover os valores de ajuda mútua.
- Éticas de comunização permeiam as práticas dos movimentos em todos os níveis: ocupação de terra, tomada de decisões organizada, trabalho coletivo, estabelecimento de regras de coabitação e aprendizado (na construção, gerenciamento de espaços compartilhados, ajuda voluntária aos mais vulneráveis etc.).
- A inventividade que as pessoas adquirem na sua luta cotidiana pela sobrevivência é ativada pelos movimentos. Ao abastecer-se do “dinamismo febril” da vida urbana, as pessoas são encorajadas a usar suas habilidades e aspirações de formas criativas, que não apenas sustentam áreas de comunização dentro das comunidades, mas também descobrem novas.
- As comunidades criadas através da luta não são comunidades fechadas em si mesmas. Elas explicitamente tentam influenciar as condições sociais e urbanas de seus arredores ao ajudar vizinhos a se organizarem, ao apoiar lutas relevantes e ao manter redes de solidariedade através de toda a cidade. Em vez de limitar-se às utópicas ilhas particulares, aspiram a “ter um efeito contagioso sobre a sociedade”.
- Os movimentos de moradia da América Latina se engajam ativamente à virtualidade da cidade. Esses experimentos criam potencialidades urbanas ao confrontar-se com opções dominantes de governança urbana, que expulsam um enorme contingente de pessoas para as periferias e favelas das metrópoles contemporâneas. O objetivo deles é liberar o comum urbano da captação e comando capitalistas. Em assentamentos organizados, com especial atenção aos espaços compartilhados, desenvolvem-se novos hábitos e afetos compartilhados criativamente.
- Emerge uma forma de “cidadania insurgente”, desenvolvida na luta de assentamentos de comunização urbana, que empodera excluídos da cidade ao reivindicá-la como um mundo inclusivo e compartilhado, num mo-

vimento em direção a uma sociedade justa.

Seriam esses exemplos de produção coletiva das cidades uma *oeuvre*, para usar o termo de Lefebvre? Estariam essas pessoas realmente desenvolvendo os meios, os hábitos e o *ethos* compartilhado de reinventar criativamente a cidade como espaços comuns? Certamente, embora eles tenham que enfrentar contradições e revezes inerentes, resultantes de seu desvio das classes urbanas dominantes. A possibilidade de justiça urbana através do compartilhamento nasce a partir dos seus esforços. E isso significa que o compartilhamento pode tornar-se um pilar na construção de uma sociedade baseada na solidariedade e igualdade.

## REFERÊNCIAS

- ATKINSON, R.; BLANDY, S. **Domestic Fortress.** Fear and the New Home Front. Manchester: Manchester University Press, 2017.
- BARRINGTON-BUSH, L. **Defeating Fear.** Lessons from Mexico's Housing Movement. 2016. Disponível em: <https://roarmag.org/essays/defeating-fearlessons-mexicos-housing-movement/>. Acesso em: 23 mar. 2022.
- COLLA, L.; PEETERS, C; P REUD'HOMME, C. **Mutirão.** Collective Autoconstruction in São Paulo. Master of Science in the Ingenieurwissenschaften: architecture, University of Leuven, 2015.
- DE ANGELIS, M. **The Beginning of History.** Va-



Figura 9: Um banner em Tlanezi Calli condensa o significado de autonomia urbana

- lue Struggles and Global Capital. London: Pluto, 2007.
- DE ANGELIS, M. **Omnia Sunt Communia**. On the Commons and the Transformation to Postcapitalism. London: Zed, 2017.
- ESTEVA, G. Commoning in the new society. **Community Development Journal**, v. 49, suppl\_1, p. i144-i159, 214.
- GODELIER, M. **The Mental and the Material**. London: Verso, 2011.
- HARDT, M.; NEGRI, A. **Multitude**. War and Democracy in the Age of Empire. London: Hamish Hamilton, 2005.
- HARDT, M.; NEGRI, A. **Commonwealth**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2009.
- HARVEY, D. **Rebel Cities**. From the Right to the City to the Urban Revolution. London: Verso, 2012.
- HOLSTON, J. **Insurgent Citizenship**. Disjunctions of Democracy and Modernity in Brazil. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2008.
- JUÁREZ-GALEANA, L.G. Collaborative public open space design in self-help housing: Minas-Polvorilla, Mexico City. *In*: WATSON, G.B.; ZETTER, R. (eds.) **Designing Sustainable Cities in the Developing World**. New York: Routledge, 2016.
- LEFEBVRE, H. **The Production of Space**. Oxford: Blackwell, 1991.
- LEFEBVRE, H. **Writings on Cities**. Oxford: Blackwell, 1996.
- OSTROM, E. **Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- OSTROM, E.; GARDNER, R.; WALKER, J. **Rules, Games and Common-Pool Resources**. Ann Arbor, MI: The University of Michigan Press, 1994.
- SIMONE, A. The last shall be first: African urbanities and the larger urban world. *In*: HUYSEN, A. (ed.) **Other Cities, Other Worlds**. Urban Imaginaries in a Globalizing Age. Durham, NC: Duke University Press, 2008.
- SIMONE, A. Cities of uncertainty: Jakarta, the urban majority, and inventive political technologies. **Theory, Culture and Society**, 30(7/8), p. 243-263, 2013.
- SIMONE, A. City of potentialities: an introduction. **Theory Culture and Society**, 33(7/8), p. 5-29, 2016.
- SOUZA, M. L. de Together with the state, despite the state, against the state. Social movements as 'critical urban planning' agents. **City**, 10(3), p. 327-342, 2006.
- STAVRIDES, S. **Towards the City of Thresholds**. Trento: Professional dreamers, 2010.
- STAVRIDES, S. **Common Space**. The City as Commons. London: Zed books, 2016.
- STAVRIDES, S. Urban porosity and the right to a shared city. *In*: WOLFRUM, S.; STENGEL, H.; KURBASIK, F.; KLING, N.; DONA, S.; MUMM, I; e ZOEHRER, C. (eds.) **Porous City**. From Metaphor to Agenda. Basel: Birkhauser, 2018.
- STAVRIDES, S. **Common Spaces of Urban Emancipation**. Manchester: Manchester University Press, 2019.
- UN HABITAT. **Architecture and Urban Design including Landscape and Cultural Recovery in the Housing Project 'Minas Polvorilla'**. 2004. Disponível em: [https://mirror.unhabitat.org/bp/bp.list.details.aspx?bp\\_id=501](https://mirror.unhabitat.org/bp/bp.list.details.aspx?bp_id=501). Acesso em: 23 mar. 2022.
- USINA. **Self Administered Vertical Habitation for Densely Populated Urban Conditions** – Copromo, União da Juta e Paulo Freire Projects, Brazil. 2006. Disponível em: [http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:yGG1I8IXNIYJ:courses.arch.ntua.gr/fsr/135684/BSHF\\_Final\\_Usina\\_Brasil-3.pdf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br](http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:yGG1I8IXNIYJ:courses.arch.ntua.gr/fsr/135684/BSHF_Final_Usina_Brasil-3.pdf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br). Acesso em 29 mar. 2022.
- USINA. Processos de projeto como construção de autonomia. *In*: Villaça, I.; Constante, P. (eds.) **USINA: entre o projeto e o canteiro**. São Paulo: Aurora, 2015.
- ZIBECHI, R. Mexico: challenges and difficulties of urban territories in resistance. *In*: STAHLER-SHOLK, R.; VANDEN, H.E.; BECKER, M. (eds.) **Rethinking Latin American Social Movements**. Lanham, MD: Rowman e Littlefield, 2014. ■

---

O autor declara não haver potenciais **conflitos de interesse** em relação à pesquisa, à autoria e/ou à publicação deste artigo.

**Nota:** Este artigo inclui partes reescritas de meu texto: Common Space: The City as Commons. An Introduction. *In*: STAVRIDES, S.; HEYDEN, M. City as Commons. Berlin Journals - On the History and Present State of the City #4, Berlin: EECLECTIC, 2018.